

Discussão

Para entender a reforma política

Você sabe o que é plebiscito e o que está em jogo com a proposta da reforma política?



Suzane Gobbi

suzane@jornalsulbrasil.com.br

As manifestações que ganharam as ruas do país nas últimas semanas culminaram na apresentação de algumas propostas do governo federal a respeito das reivindicações da população. Uma delas, não tão clara nos cartazes e faixas dos manifestantes, foi a proposição de uma reforma política, que seria decidida a partir de um plebiscito.

Depois da declaração da presidente, várias opiniões sobre o tema começaram a aparecer na mídia e nas redes sociais. Para tentar entender melhor o que representaria a reforma da maneira que está sendo proposta e o que é, legalmente, um plebiscito, o Jornal Sul Brasil procurou ajuda do professor de Ciências Sociais da UFFS, Danilo Martuscelli.

Para o professor, há a necessidade de politizar as discussões e ampliar os debates antes de tudo. Ele comenta que a oposição se mostrou contrária à criação de uma assembleia constituinte exclusiva para a discussão do tema por

medo de que seus interesses pessoais não sejam contemplados. "A criação da assembleia abre margem para a participação popular, englobando segmentos organizados da sociedade, movimentos sociais, empresários, abrindo margem também para a ampliação do debate", diz.

Danilo revela que o Congresso defende que seja realizado um referendo e não um plebiscito. A diferença é bem clara: "o plebiscito, segundo a atual constituição, não pode ser convocado pela presidente, mas ela pode sugerir ao congresso que o faça. Nele, a população decide se aprova ou não que a reforma seja realizada e em que abrangência. São votados os elementos que aprovam ou não e que serão pensados depois", diz. "Já no referendo, a reforma é debatida e delimitada pelo congresso, indo à votação para que a população aceite ou não", completa.

Já a respeito dos pontos apresentados para serem reformados, o professor acredita que está se apresentando como uma reforma eleitoral e não política. "As questões não podem ser localizadas em um determinado eixo, temos diversas outras discussões para debater que



Manifestações em todo o país levaram ao debate da reforma política

resultariam em mudanças políticas", diz. Um exemplo citado por Danilo é o dos problemas de tributação: além de os impostos serem altos, são mal distribuídos e provocam ainda mais desigualdade. "Se você tomar um refrigerante, você vai pagar os mesmos impostos do que o Eike Batista paga quando toma. Deveriam existir impostos progressivos", afirma. Além disso, ele cita a questão da taxação das grandes fortunas, que só falta ser regulamentada. "Isso tudo tem efeito sobre a influência que o poder econômico exerce sobre a política. Quem tem poder político é quem tem mais dinheiro", argumenta.

O que mudar?

O professor sugere que alguns pontos de debate podem gerar uma reforma efetiva na política e na

conduta de quem ocupa os cargos públicos. Para ele, é essencial a formação de uma assembleia constituinte, para garantir a participação popular desde o início. Outra proposição seria a criação do Mandato Revogatório, no qual depois da metade do mandato, a população poderia decidir se o governante permanece ou não no poder. "Atualmente, a realização do impeachment está muito ligada a crimes de improbidade administrativa. Os governantes são tirados do cargo por cometer algum delito como desvio de verba pública. Acredito que deveria estar mais ligado a satisfação, à maneira como o político faz política e não apenas à sua conduta ética e moral", destaca.

A participação direta da população nas decisões políticas também é defendida por Danilo. "Atual-

mente muitos assuntos de grande importância, como o código ambiental, a legalização do aborto, a destinação de recursos, são decididos pelo congresso e deveria haver um dispositivo que amplia a participação", diz.

Outras sugestões do professor dizem respeito às eleições: estudo do financiamento público das campanhas para maior igualdade de condições entre partidos; proibição do pagamento de cabos eleitorais; fortalecimento dos partidos e não de personalidades políticas; mudanças no sistema de reeleição, impedindo mandatos consecutivos; e a validação de votos nulos e brancos, reconhecidos como votos de protesto.

Para os já eleitos, a sugestão seria a obrigatoriedade de que quem ocupa cargos executivos matricule seus filhos em escolas

públicas e a relação direta entre o salário mínimo e o salário de representantes políticos. "As vezes se vê um aumento insignificante do salário mínimo e logo em seguida aprovação de aumento para parlamentares. Acredito que deveriam ser 'linkados' e um teto deveria ser criado para que as pessoas que se candidatam realmente estejam lá para nos representar e não para crescer na vida", ressalta.

E agora?

Danilo destaca que o importante agora é politizar o debate, esclarecer à população o que pode ser feito, o que pode ser debatido dentro da reforma. "A tendência, como ela está se apresentando, é que o debate seja despolitizado e sem participação da população. Cada cidadão e os setores organizados da sociedade precisam se politizar", afirma.

GRANDE LEILÃO DA SEA/SC - 16/07/2013

Auditório da EPAGRI às 08:00 Hs - Chapecó / SC

Veículos, Motocicletas, Mobiliários e Sucatas diversas

Visitação: 08 à 12 e no dia 15/07, das 14 às 17 Hs

Paulo R. Porto - Leiloeiro Oficial - Matrícula AARC/038

Fone: (48)9964-8001 - Site: www.sea.sc.gov.br - E-mail: portordosleiloes@terra.com.br

LEILÃO DE VEÍCULOS

LOCAL: RUA JOÃO LUNARDELLI, 2095 - C/C - CURITIBA, PR.

09/07

TERÇA

10:00H

VISITAÇÃO

DE 08:00H ÀS 17:00H

E APÓS AS 17:00H NO LOCAL DO LEILÃO.

Informações e Edital completo em condições de venda e entrega, em www.leilaoonline.com.br

e perfil de 07/07 no site: Claudia C. Rossi, Fernanda Rossi e André Rossi - Leiloeiros Oficiais

41-3012-4800